

**BR PROPERTIES S.A.**  
*Companhia Aberta*  
CNPJ nº 06.977.751/0001-49  
NIRE 35.300.316.592

**ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO  
REALIZADA EM 5 DE AGOSTO DE 2020**

1. **Data, Hora e Local:** Em 5 de agosto de 2020, às 10:00 horas, na sede da BR Properties S.A. (“Companhia”), localizada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida das Nações Unidas, 12.495, Centro Empresarial Berrini, Torre A – Torre Nações Unidas, 18º andar, escritório 181, Brooklin Novo, CEP 04578-000.
2. **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação face à presença dos membros do Conselho de Administração da Companhia, com a ausência do Sr. Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano que indicou o Sr. Rubens Mário Marques de Freitas para atuar como seu representante na reunião, conforme previsto pelo artigo 10, § 4º do Estatuto Social. Os conselheiros participaram da reunião via conferência telefônica, conforme permitido pelo artigo 11º, parágrafo 3º, do Estatuto Social da Companhia.
3. **Composição da Mesa:** Presidente: Sr. Rubens Mário Marques Freitas; Secretário: Sr. Martín Andrés Jaco.
4. **Ordem do Dia:** (i) exame, discussão e votação das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas do parecer e do relatório de revisão limitada dos auditores independentes, referentes ao 2º Trimestre de 2020; (ii) deliberar sobre a aprovação de plano de aquisição de ações da Companhia e a contratação das instituições intermediárias que atuarão na recompra; (iii) examinar, discutir e manifestar sobre a proposta de reorganização societária apresentada pela Administração da Companhia, em especial: (iii.a) examinar e discutir a minuta do Protocolo e Justificação da Incorporação da **SPE 61 EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS E PARTICIPAÇÕES S.A.**, sociedade anônima de capital fechado com sede na Avenida das Nações Unidas, 12.495, Centro Empresarial Berrini, Torre A – Torre Nações Unidas, 18º andar, escritório 181, parte, Brooklin Novo, CEP 04578-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 04.160.423/0001-20, NIRE 35300441753 (“SPE 61”) pela Companhia (“Protocolo e Justificação da Incorporação da SPE 61”); (iii.b) examinar e discutir a minuta do Protocolo e Justificação de Motivos de Cisão Parcial Desproporcional da **PP II SPE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.**, sociedade empresária limitada, com sede na Avenida das Nações Unidas, nº 12.495, Centro Empresarial Berrini, Torre A – Torre Nações Unidas, 18º andar, escritório 181, parte, Brooklin Novo, CEP 04578-000, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.443.016/0001-43, NIRE 35.222200811 (“PP II”), com a incorporação, pela Companhia, da respectiva parcela cindida (“Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da PP II”); (iii.c) ratificar a nomeação e contratação, pela administração da Companhia, da APSIS Consultoria e Avaliações Ltda., sociedade simples limitada com sede na Rua do Passeio, 62, 6º andar, Centro, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, CEP 20021-290, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 08.681.365/0001-30 (“Empresa Especializada”), como empresa especializada responsável pela avaliação, a valor contábil, do patrimônio líquido (x) da SPE 61

(“Laudo de Avaliação da SPE 61”); e (y) do acervo cindido da PP II (“Laudo de Avaliação da Parcela Cindida PP II”); (iii.d.) manifestar-se sobre o Laudo de Avaliação da SPE 61 e Laudo de Avaliação da Parcela Cindida PP II; (iii.e) manifestar-se sobre a proposta de incorporação pela Companhia da SPE 61 pela Companhia (“Incorporação da SPE 61”), *ad referendum* da Assembleia Geral; (iii.f) manifestar-se sobre a proposta cisão parcial desproporcional da PP II, com a incorporação, pela Companhia, da respectiva parcela cindida (“Cisão Parcial da PP II”), *ad referendum* da Assembleia Geral; e (iv) deliberar sobre a convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia para deliberar sobre as matérias indicadas nos subitens do item (iii) desta ordem do dia, bem como os documentos relacionados a tais operações.

**5. Deliberações:** Por unanimidade e sem ressalvas, os membros do Conselho de Administração da Companhia, tomaram as seguintes deliberações:

**5.1.** De posse das demonstrações financeiras referentes ao 2º trimestre de 2020, acompanhadas do parecer e do relatório de revisão limitada da Ernst & Young Terco Auditores Independentes S.C, após as devidas análises e discussões, foram aprovadas as demonstrações financeiras da Companhia.

**5.2.** Aprovar:

(i) o plano de aquisição de ações de emissão da própria Companhia nos seguintes termos e condições, em conformidade com Instrução CVM nº 567, de 17 de setembro de 2015, conforme alterada (“ICVM 567” e “Programa de Recompra de Ações”, respectivamente):

**(a) Objetivo e impactos:** aquisição de ações de emissão da própria Companhia para manutenção em tesouraria, cancelamento, e/ou entrega aos beneficiários do Plano de Opção de Compra de Ações na medida dos exercícios dos seus lotes anuais aprovado em Assembleia Geral de Acionistas da Companhia, em conformidade com o Estatuto Social da Companhia e a ICVM 567; e também para maximizar o retorno dos acionistas, dado que na visão da Companhia o valor atual de suas ações não reflete o real valor dos seus ativos combinado com a perspectiva de rentabilidade e geração de resultados futuros. O objetivo do Programa de Recompra de Ações é maximizar a geração de valor para o acionista por meio de uma administração eficiente da estrutura de capital. Caberá a diretoria da Companhia decidir o momento e a quantidade de ações a serem adquiridas, seja em uma única operação ou em uma série de operações, respeitando os limites previstos na regulamentação aplicável e o aprovado nesta reunião. Os membros do Conselho de Administração entendem que a situação financeira atual da Companhia é compatível com a possível execução do Programa de Recompra de Ações, nas condições aprovadas, não sendo vislumbrado nenhum impacto no cumprimento das obrigações assumidas com credores nem no pagamento de dividendos obrigatórios mínimos. A Companhia não estima maiores impactos da negociação sobre a composição acionária ou sobre sua estrutura administrativa;

**(b) Quantidade de Ações:** Será adquirida a quantidade máxima de 11.000.000 (onze milhões) de ações ordinárias em circulação na B3, observados os limites máximos previstos na legislação em vigor e na ICVM 567, conforme alterada;

**(c) Lastro para as operações:** As operações de compra das ações realizadas nos termos do Programa de Recompra serão suportadas pelo montante global das reservas de lucro e de capital disponíveis, constantes das últimas demonstrações financeiras da Companhia divulgadas anteriormente à efetiva transferência, para a Companhia, da propriedade das ações de sua emissão, podendo ser anuais ou informações financeiras intermediárias, observado o disposto na ICVM 567;

**(d) Prazo:** O prazo máximo para a aquisição das ações de emissão da Companhia no âmbito do Programa de Recompra de Ações será de 18 (dezoito meses), a contar da presente data;

**(e) Quantidade de Ações em circulação no mercado e em tesouraria:** Nesta data: (a) há 198.362.616 (cento e noventa e oito milhões, trezentos e sessenta e dois, seiscentos e dezesseis) ações ordinárias de emissão da Companhia em circulação, conforme definição do artigo 8º, § 3º, I da ICVM 567; e (b) 7.098.221 (sete milhões, noventa e oito mil, duzentos e vinte e uma) ações ordinárias de emissão da Companhia encontram-se mantidas em tesouraria; e

**(f) Instituição Financeira Intermediária:** As operações do Programa de Recompra de Ações serão realizadas e intermediadas através das seguintes corretoras: **ITAÚ CORRETORA DE VALORES S.A.**, com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3500, 3º andar, São Paulo, SP, inscrita no CNPJ nº 61.194.353/0001-64 e **CREDIT SUISSE (BRASIL) S.A. CORRETORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**, com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Leopoldo Couto de Magalhães Jr., 700 – 10º andar (parte) e 12º a 14º andares (partes), inscrito no CNPJ/MF sob o nº 42.584.318/0001-07.

**5.3.** Aprovar, depois de examinados e discutidos:

(i) os termos e condições da minuta do Protocolo e Justificação da Incorporação da SPE 61, bem como a sua celebração pela administração da Companhia;

(ii) os termos e condições da minuta do Protocolo e Justificação da Cisão Parcial da PP II, bem como a sua celebração pela administração da Companhia;

(iii) a ratificação da contratação, pela administração da Companhia, da Empresa Especializada como empresa responsável pela elaboração do Laudo de Avaliação da SPE 61 e do Laudo de Avaliação da Parcela Cindida PP II, cuja indicação será submetida à ratificação da Assembleia Geral da Companhia, tendo os membros do Conselho de Administração tomado conhecimento dos referidos Laudos de Avaliação;

(iv) manifestar-se favoravelmente à aprovação do Laudo de Avaliação da SPE 61 e do Laudo de Avaliação da Parcela Cindida PP II, cuja aprovação será submetida à Assembleia Geral da Companhia;

(v) manifestar-se favoravelmente à Incorporação da SPE 61, nos termos do Protocolo e Justificação da Incorporação da SPE 61, cuja aprovação será submetida à Assembleia Geral da Companhia;

(vi) manifestar-se favoravelmente, sujeito à obtenção de dispensa da CVM com relação à preparação dos laudos referidos no artigo 264 da Lei nº 6.404/76, à cisão parcial da PP II, nos termos do Protocolo e Justificação de Cisão Parcial da PP II, cuja aprovação será submetida à Assembleia Geral da Companhia.

**5.4.** Determinar a convocação de Assembleia Geral Extraordinária da Companhia, a ser realizada em primeira convocação, no dia 31 de agosto de 2020, às 10:00 horas, na sede da Companhia, para deliberação pelos acionistas das matérias constantes do item 5.3 acima (“AGE”).

**5.5.** Autorizar os administradores da Companhia a praticar todos os atos necessários para efetivar as deliberações acima. Fica desde já autorizado que a Diretoria da Companhia pratique todos os atos necessários à oportuna divulgação das propostas da administração incluindo as

informações exigidas pela Instrução CVM nº 481/09, conforme minutas autenticadas pela mesa que ficam arquivadas na sede da Companhia, bem como demais procedimentos e documentação exigidos pela regulamentação aplicável.

**5.6.** Fica consignado que: a Companhia apresentou em 22 de julho de 2020 consulta prévia à Comissão de Valores Mobiliários (CVM) solicitando confirmação do seu entendimento com relação à desnecessidade da elaboração do laudo a que se refere o artigo 264 da Lei nº 6.404/76 com relação à cisão da PP II, por se tratar de operação negociada entre partes independentes sem relação de troca e, portanto, sem diluição de acionistas da Companhia. Esta consulta ainda está pendente de resposta, mas a Companhia espera que obtenha resposta favorável até a data da AGE.

**5.7.** Consignar que o Sr. Rubens Mário Marques de Freitas seguiu as instruções de voto que lhe foram enviadas pelo Sr. Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, votando favoravelmente à todas as materias constantes da ordem do dia.

**6.** **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi a presente ata lavrada e, depois de lida e aprovada, assinada pelos membros da Mesa e pelos conselheiros de administração presentes.

**7.** **Assinaturas:** Rubens Mário Marques de Freitas, Presidente; Martín Andrés Jaco, Secretário; Conselheiros: Rubens Mário Marques de Freitas, Antonio Carlos Augusto Ribeiro Bonchristiano, representado pelo Sr. Rubens Mário Marques de Freitas, Fábio de Araújo Nogueira; Charles Laganá Putze Danilo Gamboa.

*Declaro que a presente confere com o original lavrado em livro próprio.*

São Paulo, 5 de agosto de 2020.

**Martín Andrés Jaco**  
Secretário da Reunião